

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

04/10/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Candidatos que lideram disputa querem rever regras do Imposto de Renda

Os quatro candidatos à Presidência mais bem colocados nas pesquisas prometem rever a cobrança do IR (Imposto de Renda). As equipes de Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) dizem que os lucros e dividendos pagos a empresários e acionistas deverão voltar a pagar IR. A cobrança foi extinta em 1995, no governo FHC. Na época, tributaristas defenderam a isenção para evitar bitributação — as empresas já pagam o imposto, o que dispensaria os donos da obrigação.

Agora, 23 anos depois, o consenso vai na direção oposta. Os quatro candidatos, que vão da direita à esquerda, querem que as empresas paguem menos IR, repassando a carga tributária aos donos. Bolsonaro e Haddad têm outra convergência: prometem isentar o IR de contribuintes com renda de até cinco salários mínimos (R\$ 4.700). Hoje, é isento quem ganha menos de dois salários (R\$ 1.904). Os economistas de Haddad dizem que vão criar novas alíquotas de IR acima do atual teto de 27,5%, com o intuito de taxar quem tem renda mais alta. Já a campanha de Bolsonaro estuda cobrar a mesma alíquota de IR de todos: 20% (pessoas físicas) e 15% (empresas), o que eliminaria a tabela progressiva e também o regime que beneficia os que optam pela "pejotização" para fugir do imposto. Se levadas adiante, as mudanças propostas pelos candidatos prometem reformar o principal imposto do país, responsável por arrecadar 6,18% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2016 (R\$ 393 bilhões), valor que é dividido entre União, estados e municípios.

Porém, para avançar, as propostas dependem da aprovação do Legislativo, o que não é tarefa simples. Há mais de um ano o governo Michel Temer tenta sem sucesso aprovar o IR sobre fundos de investimentos exclusivos, que atendem a investidores do topo da pirâmide de renda. O tema está travado no Congresso. O governo tentou corrigir, sem sucesso, incentivos à chamada pejotização em 2003 e 2008, e houve forte resistência. Eliminar a escala de alíquotas do IR, como propõe Bolsonaro, requer o apoio da maioria qualificada dos parlamentares (três quintos), por se tratar de emenda à Constituição. Especialista em tributação, o economista Bernard Appy, do CCIF (Centro de Cidadania Fiscal), afirma que a reforma do IR é uma das agendas mais importantes a serem enfrentadas quando o assunto é arrecadação de impostos. "Há distorções tão grandes no IR que é possível fazer mudanças que aumentem a distribuição de renda e, ao mesmo tempo, gerem eficiência", afirma o economista. O acúmulo de exceções e regimes especiais criados ao longo dos anos produziu o que ele chama de "dupla não tributação". Ou seja, nem a empresa nem o empresário pagam imposto, fazendo com que os demais arquem com a diferença. Essa é uma das razões que fizeram com que o IR pago pelas empresas do chamado lucro real seja um dos mais altos do mundo, em média de 34%, o que retira competitividade.

Alckmin, Bolsonaro e Ciro propõem reduzir a taxa de empresas, seguindo a onda global. Nos EUA, a alíquota foi reduzida para 20%. Haddad não faz referência ao tema. O pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Fernando Gaiger afirma, contudo, que é preciso ter cuidado ao recalibrar o IR da empresa para o empresário, para não afetar a capacidade de consumo das famílias. "Deve-se levar em consideração a importância do consumo da classe média no atual momento econômico de lenta recuperação", diz.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 04/10/2018

Candidatos que lideram disputa querem rever regras do Imposto de Renda (Continuação)

Os quatro candidatos propõem unificação de impostos. Todos estudam a criação de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado), cuja principal proposta em discussão foi desenvolvida pelo CCIF. Trata-se de unificar cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS), ao longo de dez anos. Se colocado em prática, isso ajudaria a eliminar as diferenças entre as muitas legislações estaduais e municipais, reduzindo a guerra e complexidade tributária. A proposta está parada há anos no Congresso.

Na campanha de Bolsonaro, uma alternativa ao IVA está em análise —a substituição de todos os impostos federais, até mesmo os que irrigam a Previdência, pela taxação sobre movimentações financeiras, nos moldes da CPMF. Muitos economistas viram nessa proposta uma benesse aos mais ricos, uma vez que cobraria a CPMF de todos e reduziria alíquota do IR no andar de cima para 20%.

O economista Carlos Góes, doutorando na Universidade da Califórnia, apresentou cálculos que vão na contramão. Ele não tem relação com a campanha de Bolsonaro. Góes concluiu que, se taxados os lucros e eliminadas as isenções que beneficiam grupos ricos, como descontos com pagamentos de saúde e educação privadas, o imposto pago pelos que têm renda mais alta aumentaria. "O sistema tributário se torna mais progressivo, porque os ricos se beneficiam desproporcionalmente mais de isenções e de deduções", afirma. Para Gaiger, a alíquota única de IR beneficia os mais ricos. "Se a busca é simplificação, o melhor a fazer é o IVA", diz. Appy e Gaiger afirmam que a única promessa que não poderá ser cumprida, independentemente do partido do eleito, é a redução de impostos, porque não há folga financeira no caixa do governo para isso neste momento que permita corte de tributos. "Quem prometer reduzir impostos e, ao mesmo tempo, fazer o ajuste fiscal está claramente mentindo para o eleitor", afirmou Appy. "Se o próximo presidente conseguir fazer o ajuste fiscal sem aumentar a carga tributária, já será um gol de placa", diz o economista.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 04/10/2018

Dependente químico receberá auxílio-doença

A Nona Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) considerou que um segurado do INSS estava incapacitado para o trabalho durante o período em que esteve internado para se recuperar de dependência química. Por isso, condenou o INSS ao pagamento de auxílio-doença durante a internação. Em primeiro grau, o pedido havia sido julgado improcedente, sob o fundamento de que não havia sido caracterizada a incapacidade laborativa. O segurando, contudo, alegava que a incapacitada era total e temporária, pelo período em que esteve em recuperação. O voto da relatora, desembargadora Marisa Santos, destacou que, conforme a perícia, o autor da ação passava por "quadro de drogadição associada a quadro de heteroagressividade". O perito concluiu que o segurado esteve incapacitado de forma total e temporária pelos períodos de internação, ressaltando que, após a última alta, passou a utilizar adequadamente a medicação, "com remissão sintomática e recuperação da capacidade laborativa".

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/10/2018

Brasileiros apostam no próprio negócio para fugir do desemprego

Em tempos de crise econômica e alto número de desempregados – cerca de 12,7 milhões de trabalhadores – abrir o próprio negócio tem sido o caminho de muitos brasileiros. Segundo dados do Sebrae, 48 milhões pessoas entre 18 e 64 anos têm um negócio próprio ou estão envolvidos na criação de um. Desse total, 51,5% são mulheres. As micro e pequenas empresas são responsáveis por cerca de 54% dos empregos formais no país e por 44% da massa salarial, conforme levantamento do Sebrae.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/10/2018